

A "QUINTA COLUNA" DA CIDADE HETERÔNOMA: UMA REFLEXÃO EM TORNO DAS CONQUISTAS E DOS LIMITES DAS PRÁTICAS ESPACIAIS DE UMA PARCELA DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO NO RIO DE JANEIRO

EDUARDO TOMAZINE TEIXEIRA
Universidade Federal do Rio de Janeiro
eduardotomazine@globocom

O que as vitórias têm de mau é que não são definitivas.
O que as derrotas têm de bom é que também não são definitivas.
(José Saramago)

RESUMO

As ocupações do movimento dos sem-teto Chiquinha Gonzaga (2004), Zumbi dos Palmares (2005-2011) e Quilombo das Guerreiras (2006), localizadas no Centro do Rio de Janeiro, podem ser consideradas como pequenos enclaves onde se exercitam práticas espaciais substancialmente distintas das práticas hegemônicas de uma metrópole estruturalmente heterônoma como a fluminense. Deste fato derivam tensões que, se analisadas cuidadosamente, ajudam-nos a elucidar o problema de como são possíveis “ganhos de autonomia” em uma cidade basicamente heterônoma, por meio de uma ação *botton up* (isto é, “de baixo para cima”) dos cidadãos. Alguns exemplos dessa tensão são as melhoras nas condições econômicas consequentes à vida nas ocupações e as dificuldades que restringem a constituição de cooperativas autogeridas; as pressões impostas pelo assédio da violência criminal e policial, além da ambivalência das representações sócio-espaciais que eles formulam sobre os espaços urbanos e os demais cidadãos. O objetivo do nosso artigo é, para além de descrever essas tensões, tentar compreender as razões de suas dificuldades, bem como o “fundamento” das soluções que os participantes dessa fração do movimento dos sem-teto têm encontrado.

PALAVRAS-CHAVE: Heteronomia. Cidade. Movimento dos sem-teto. Autogestão. Rio de Janeiro.

THE 'FIFTH COLUMN' OF THE HETERONOMOUS CITY: SOME REFLECTIONS ABOUT THE ACHIEVEMENTS AND LIMITS OF A PART OF THE 'SEM-TETO' MOVEMENT'S SPATIAL PRACTICES IN RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

The squatts of the '*sem-teto*' movement Chiquinha Gonzaga (2004), Zumbi dos Palmares (2005-2011) and Quilombo das Guerreiras (2006), placed beside Rio de Janeiro's Central Business District, can be considered as small enclaves where citizens undertake socio-spatial practices contrasting considerably of those hegemonically performed in a heteronomous metropolis. From this contrast we can analyse a kind of tension that helps on the understanding of the possibility of 'autonomy gains' within a basically heteronomous town through a bottom up action. Some examples of this tension are, on the one hand, the improvements of dwellers' economic conditions consequently to the everyday life in the squatt and, on the other hand, the obstacles that restricts the development of self-managed cooperatives; the more peaceful life in the squatts (in comparison with the favelas controlled by drug dealers) undermined by the stresses provoked by the siege of criminal and policial violence, aside from the ambivalence of the socio-spatial representations that the squatts dwellers creates about urban spaces and about other citizens. The purpose of this article is to understand the mechanics of the obstacles faced by this part of the '*sem-teto*' movement, as well as the 'fundament' of the solutions found by them.

KEYWORDS: Heteronomy. City. '*Sem-teto*' movement. Self-management. Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Além das quatro colunas militares que marchavam para a tomada de Madri, em plena Guerra Civil Espanhola (1936-1939), as forças nacionalistas de Franco, conduzidas pelo General Quepo de Llano, podiam ainda contar com uma insidiosa quinta coluna, a qual, segundo o referido general, estaria à sua espera para saudá-los dentro da cidade. Tratava-se dos militares madrilenhos que, train-

do o governo republicano eleito, haviam passado para o campo golpista. Desde então, a expressão quinta coluna é usada para designar os grupos clandestinos que atuam em um campo beligerante, com o objetivo de pavimentar o caminho à sua ocupação por parte dos seus inimigos, mediante sabotagens, espionagens, contrainformação e outros expedientes espúrios – como fizeram, poucos anos depois da Guerra Civil, os colaboracionistas nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Em suma, o “quinta coluna” tornou-se sinônimo do inimigo interno, laborando em prol das forças adversárias. A Madri da Guerra Civil espanhola e a sua quinta coluna compõem uma metáfora particularmente rica para retratar o problema em tela no presente artigo. No interior das “trincheiras” levantadas pelos ativismos urbanos – os seus territórios, onde se gestam relações sociais em alguma medida contrárias ao *status quo* – atuam, de forma sub-reptícia ou desvelada, os agentes e as relações sociais da cidade heterônoma: a sua “quinta coluna”.

Chamamos de heterônoma a cidade na qual as relações sociais – mediadas por valores, normas, leis formais, planos, orçamentos, símbolos etc. – são instituídas (isto é, imaginadas, significadas, produzidas) majoritariamente de maneira opressora e/ou sem contar com a participação ativa do conjunto dos cidadãos em pé de igualdade, sendo, ao contrário, determinadas por poucos e em benefício de poucos: os homens, os brancos, os abastados, os armados, os ricos, os apadrinhados, os “normais”; ou, ao contrário, por uma maioria oprimindo uma minoria... A simples enumeração de alguns desses agentes da heteronomia serve para mostrar que ela se manifesta das mais diversas maneiras, nas mais variadas relações sociais, incidindo, pois, na instituição do espaço urbano, por vezes de forma inequívoca, por outras, de maneira contraditória. Inequívoca, quando empreendida por aqueles dos quais se espera a reprodução do *status quo*. Contraditória, quando exercida justamente por aqueles que se propõem a transformá-lo. Trata-se, neste último caso, da influência da “quinta coluna” da cidade heterônoma. A título de ilustração, um ativista de uma ocupação do movimento dos sem-teto pode, por exemplo, oprimir a sua esposa ou, ainda, reproduzir estigmas contra os moradores de favelas.

Em oposição à cidade majoritariamente heterônoma, figura no horizonte político-filosófico libertário uma cidade instituída de maneira basicamente autônoma, cujos cidadãos, lúcidos e bem informados, participam ativamente, da maneira mais direta possível e em pé de igualdade, dos aspectos fundamentais do estabelecimento do seu *nómos* (leis, valores, códigos de conduta que regem a

coletividade), contando para isso com instituições que assegurem tal participação e a formação de cidadãos aptos para tanto. Diante de um horizonte semelhante, uma das questões centrais que logo emergem é saber como seria possível caminhar em direção a ele, uma vez que a instituição do urbano efetivamente existente na atualidade opõe-se a isso. Dever-se-ia apostar em uma espécie de tudo ou nada, em que situações revolucionárias – e somente elas – competiriam para substituir uma sociedade fundamentalmente heterônoma por outra basicamente autônoma? E como fazê-lo, se os integrantes dessa nova sociedade estarão ainda prenhes dos valores e hábitos do velho mundo? A essas perguntas espinhosas, que são, desde há muito, objeto de reflexão de alguns dos mais importantes pensadores e homens de ação política, o organizador do presente número temático da revista **Cidades** tem buscado acrescentar a sua contribuição. Em diversos escritos, Souza (2002, 2006, entre outros) sustenta que a ação dos agentes empenhados na transformação do *status quo* está conforme com o horizonte de uma sociedade autônoma quando permite ganhos de autonomia; isto é, conquistas, aqui e agora, de redução das desigualdades sócio-espaciais, de aprofundamento da democracia, de aumento de qualidade de vida e de autoestima, conquistas que serão responsáveis por pavimentarem o caminho, no médio e longo prazos, para outras ainda mais ambiciosas.

Munidos desses parâmetros e referenciais político-filosóficos, estamos aptos a analisar as práticas espaciais dos ativismos urbanos nas tensões derivadas da convivência entre os ganhos de autonomia que elas acarretam e a reprodução de relações heterônomas. Valendo-se da metáfora dos territórios dos ativismos como trincheiras, buscaremos identificar, pois, o jogo de forças entre as práticas transformadoras no “interior” da trincheira e as pressões da cidade heterônoma – tanto aquelas exercidas pelo “exterior”, quanto aquelas da sua “quinta coluna”.

As trincheiras sobre as quais iremos jogar luz foram cavadas por uma parcela específica e bastante original do movimento dos sem-teto do Centro do Rio de Janeiro, constituída pelas ocupações Chiquinha Gonzaga (2004), Zumbi dos Palmares (realizada em 2005 e encerrada em 2010) e Quilombo das Guerreiras (2006). A originalidade dessas ocupações – cuja quantidade de estudos começa já a formar um *corpus* considerável (SOUZA; TEIXEIRA, 2009; TEIXEIRA, 2009; TEIXEIRA; GRANDI, 2009; GRANDI; TEIXEIRA, 2010; ALMEIDA, GRANDI; FERNANDES, 2009; FERNANDES, GRANDI; ALMEIDA, 2010; LIMA, 2010; ALMEIDA, 2009 e 2011; FERNANDES, 2011; RAMOS, 2010,

entre outros) – reside sobretudo no estilo de gestão dos seus espaços, marcado pela proeminência da horizontalidade dos seus “coletivos” sobre a verticalidade das direções e coordenações da maioria das ocupações e assentamentos do movimento dos sem-teto e sem-terra. Além disso, destaca-se a costura, ao menos do ponto de vista simbólico, de várias bandeiras de luta, o que pode ser observado em seus próprios topônimos: a luta dos trabalhadores, dos negros, das mulheres etc.

Como muitos dos trabalhos supramencionados demonstram, são diversas as iniciativas realizadas por essas ocupações para a subversão da cidade heterônoma, ou para lograrem ganhos de autonomia. A despeito da pluralidade dessas ações, convém não superestimá-las. Como já mencionamos *en passant*, a ocupação Zumbi dos Palmares não existe mais, tendo sucumbido em decorrência de um misto de repressão e cooptação. Diversos experimentos de cooperativas autogeridas no seio das ocupações, ou bem vieram à luz quase natimortos, ou sobrevivem de maneira claudicante. No mais, as representações sócio-espaciais cunhadas pelos moradores a respeito da cidade ou de outros atores oscilam entre a subversão e a reprodução pouco crítica de estigmas. Há, portanto, conquistas e derrotas, e saber identificar as razões de umas e de outras é de fundamental importância para que se extraiam ensinamentos visando intensificar os acertos e superar as deficiências. É evidente que as implicações da ação de um ativismo em particular, em um contexto sócio-espacial único, não podem ser generalizadas, mas acreditamos que os esforços analíticos empenhados para compreendê-las ajudam a iluminar alguns anseios de caráter universalizante, como a transformação – para melhor – da sociedade.

De maneira objetiva, pretendemos analisar neste artigo três “tensões” concernentes às ocupações Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras. São elas: a) os avanços e os limites das iniciativas econômicas engendradas pelos moradores; b) o papel da repressão policial e da criminalidade violenta, bem como o da resistência dos moradores na dinâmica territorial das ocupações em tela e c) a ambivalência das representações sócio-espaciais que os moradores das ocupações criam sobre os espaços da cidade e demais cidadãos, geralmente estigmatizados, ambivalência caracterizada justamente pela crítica a certas representações heterônomas e pela reprodução de outras. Antes disso, porém, cabe apresentar ao leitor, de maneira breve, em que contexto sociopolítico-espacial emergem, e atualmente se encontram, essas ocupações.

CONTEXTUALIZANDO AS “TRINCHEIRAS” ANALISADAS

Cotejando o acúmulo de estudos sobre o segmento do movimento dos sem-teto em tela com a minha experiência participante enquanto colaborador junto a ele, é possível delimitar alguns pontos de convergência capazes de elucidar a sua gênese. Em primeiro lugar, encontra-se a particularidade histórica da constituição do espaço urbano no Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, em que a população negra, liberta da escravidão e egressa do meio rural, viu-se, a um só tempo, sem acesso às relações formais de assalariamento e sem moradia ou, quando muito, residindo em cortiços e, posteriormente, em favelas localizadas nas proximidades das áreas centrais da cidade, onde batalhavam para sobreviver¹. Em um plano mais abstrato, aquele que remete ao modo de produção capitalista de maneira geral, importa destacar que a questão da moradia da classe trabalhadora sempre foi problemática, como já demonstrara Engels em seu célebre estudo sobre a condição da classe trabalhadora inglesa, que data de 1845. Em “A Questão Urbana”, Castells (2006 [1972]), bem como em outros trabalhos (CASTELLS, 1980), esquadrinha o mecanismo pelo qual, no capitalismo avançado, o provimento de equipamentos de consumo coletivo, tais como a habitação, o transporte, a saúde e o lazer, deixam de ser assumidos pelos capitalistas em decorrência da sua baixa lucratividade, legando-os ao aparelho de Estado, o qual é incapaz de supri-los satisfatoriamente, posto que os investimentos necessários demandariam a captura de uma fatia maior da mais-valia extraída pelos capitalistas (na forma, por exemplo, de impostos ou denegação de isenções fiscais...). No Brasil, que nunca teve algo como um Estado de bem-estar social – nem mesmo de seus esboços da periferia da Europa ocidental – e onde a explosão urbana deu-se sob a tutela de um regime ditatorial, a “crise urbana” é permanente, as favelas e loteamentos irregulares não são paliativos, os transportes são sempre aquém do insuficiente etc.

A solução para conjugar tamanho descaso com a situação da classe trabalhadora urbana brasileira à expansão industrial no país foi o que denominei alhures de um “pacto sócio-espacial” (TEIXEIRA, 2011), em que o Estado deixa de cumprir seu papel no suprimento das condições essenciais de reprodu-

¹ A respeito da transição da população negra do espaço rural para o urbano no Brasil, sugerimos, além da leitura da obra clássica de Gilberto Freyre (1968 [1936]), o trabalho de Andreilino Campos (2004), que trata, mais especificamente, da passagem da espacialidade quilombola às favelas contemporâneas e da atualização dos estigmas formulados contra ambas.

ção da força de trabalho, abrindo mão, por outro lado, da cobrança de algumas das suas contrapartidas, como o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), além de outras taxas referentes a serviços, os quais são apropriados, por via de regra, clandestinamente. A informalidade representou, pois, uma condição para o capitalismo no país, mas limitou tremendamente o seu amadurecimento, abrindo ainda espaço para a arregimentação e jugo de uma parcela considerável da classe trabalhadora à criminalidade violenta.

Não bastasse o período de maior expansão urbana do Brasil ter ocorrido durante o regime militar, o cenário encontrado para a reabertura “democrática” do país, os anos 1980, foi marcado por um período de grande crise econômica (a “década perdida”), com baixas taxas de crescimento contrastadas pela inflação galopante, crise que afetou com particular intensidade o Rio de Janeiro. E tampouco a década seguinte trouxe alento: implementando a agenda neoliberal, o Estado desonerou-se ainda mais dos serviços públicos, as taxas de crescimento econômico foram medíocres (com uma média de 1,7% entre 1990 e 1999, segundo dados do IPEA) e o desemprego cresceu. Na escala das cidades – notadamente das metrópoles –, prosperaram as frações mais predatórias do capital: o mercado das drogas ilícitas e das armas, de um lado, e a “indústria da segurança e do medo”, de outro. A população das áreas segregadas tornou-se, assim, refém das quadrilhas de narcotraficantes e, posteriormente, também das “milícias”². O Estado respondeu à referida territorialização dos espaços segregados com o recrudescimento da violência (“guerra ao tráfico”), associando incursões violentas nas favelas à corrupção, para “tolerarem” a presença das quadrilhas e, de quebra, vender-lhes armas.

No plano político, Souza (1988) já elencara as razões para o declínio do ativismo de bairro ao longo dos anos 1980, declínio que deixou um vazio de mobilização das parcelas menos aquinhoadas da sociedade civil durante mais de uma década, abrindo caminho para as organizações não governamentais (as quais não contestam frontalmente o *status quo* e não buscam a mobilização das bases visando à sua autodeterminação, o que, ao fim e ao cabo, torna a sua presença nas favelas, até certo ponto, não conflituosa com os narcotraficantes). No

² Máfias constituídas por bombeiros e policiais à paisana, os quais cobram propinas da população de áreas segregadas para o fornecimento de serviços, como luz, gás, televisão a cabo e segurança (esta, “assegurada” pelos próprios milicianos, sob pena de represálias no caso de recusa do pagamento).

nível macroinstitucional, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, no princípio da década de 2000, representou uma situação contraditória: por um lado, as grandes centrais sindicais e diversas organizações dos movimentos sociais foram cooptadas. Por outro lado, partindo da leitura segundo a qual o novo governo precisaria evitar conflitos com as bases populares para manter a sua estabilidade, diversos militantes, descrentes com os rumos da luta institucional e em busca de novas formas de mobilização popular, decidem ocupar imóveis públicos ociosos, organizando, para tanto, pessoas oriundas das favelas e da periferia metropolitana. São, em sua grande maioria, trabalhadores “hiperprecários”³, os quais enfrentam um processo de desterritorialização causado pela violência das favelas (alguns tiveram que abandonar as suas casas, antes mesmo de residirem nas ocupações, em decorrência do acirramento da violência) ou pelo isolamento das fontes de geração de renda que a vida na periferia impõe. Trata-se, portanto, de indivíduos que perderam (e, em alguns casos, jamais tiveram) dois elementos identitários historicamente importantes para as lutas urbanas: a identidade de classe, por não estarem inseridos (ou, quando muito, de maneira muito precária) às relações formais de assalariamento (e, também, pela cooptação à qual se submeteram os partidos políticos que se reivindicavam representantes da classe trabalhadora); a identidade oriunda de vínculos territoriais, sobretudo o bairro⁴, fonte do ativismo de bairro.

³ Transcrevemos, aqui, a definição de Souza (2008, p. 130-132, nota 38) para o conceito de “hiperprecarização”, cunhado por ele mesmo: “[...] A ‘hiperprecarização’ se refere a um processo que, na esteira de fenômenos como ‘ajustes estruturais’, desindustrialização e transformação no modo de regulação e no regime de acumulação (reestruturação produtiva, ‘acumulação flexível’, terceirização, desregulamentação parcial do Direito do Trabalho), tudo isso nos marcos da globalização e da hegemonia das políticas econômicas neoliberais (elementos que conectam o centro e a [semi]periferia, ainda que as formas e intensidades evidentemente difram), atira maciçamente trabalhadores pobres do setor formal no mundo geralmente muito pior da informalidade. Aquilo que já era precário, em decorrência das difíceis condições de remuneração, segurança no trabalho e conforto, torna-se, assim, precaríssimo, em razão do desemparo trabalhista e previdenciário, da maior instabilidade, da maior imprevisibilidade e de uma freqüente deterioração do modesto padrão de consumo. O ‘hiperpreariado’, de sua parte, constitui o heterogêneo universo dos trabalhadores informais e todos aqueles que sobrevivem em circunstâncias de grande vulnerabilidade e mesmo perigo, morando em espaços extremamente desconfortáveis e muitas vezes insalubres ou improvisados e exercendo ocupações estigmatizadas. O ‘hiperpreariado’ sempre existiu. Apenas, a partir das décadas de 80 e 90, expandiu-se e, principalmente, tornou-se sociopoliticamente mais visível, especialmente no que concerne à sua parcela ligada a atividades ilegais e fortemente criminalizadas, como o tráfico de drogas de varejo.”

⁴ Incluímos aqui as favelas, as quais guardam, em muitos aspectos, mais elementos que as caracterizam como bairro do que muitos dos bairros ditos “formais”, como demonstra Souza (1988).

Ao se organizarem em torno dos “coletivos de moradores” para prepararem e realizarem as ocupações, os sem-teto empreendem uma reterritorialização, através da qual buscam, a um só tempo, melhorar as suas condições de vida e moldar uma nova identidade coletiva. O processo de organização que antecede a posse de um edifício dura, em geral, muitos meses, caracterizando-se por reuniões semanais, nas quais são definidos, além do nome da ocupação, o seu estatuto, suas comissões de trabalho e, durante as quais, realiza-se um esforço de formação política cujo eixo principal é o incremento da participação dos futuros moradores na organização da ocupação e na vida política como um todo. Um trabalho árduo, tendo em vista o empenho exigido de indivíduos com pouca ou nenhuma experiência de participação política, oriundos, em geral, de espaços onde as regras são impostas pelos chefetes do tráfico de drogas ou de mafiosos. Depois desse longo processo de preparação, são realizados os atos de adentrar edifícios vazios há anos, às vezes décadas, em péssimas condições de limpeza, sem luz, sem água e, em alguns casos, com uma arquitetura pensada para o desempenho de outras funções que não a moradia. Além disso, os ocupantes são obrigados a resistir à pressão da polícia e de seguranças privados, contando, para tanto, com a solidariedade de outros ativistas. Mesmo quando a situação já se encontra mais estável – isto é, quando o risco de expulsão é menor –, os moradores de ocupações pertencentes ao movimento dos sem-teto tem que suportar, ao longo de muito tempo, condições materiais e psicológicas bastante desfavoráveis. Precisam, igualmente, conviver em um espaço onde o respeito às regras estabelecidas coletivamente é fundamental à sua permanência e, sobretudo, à superação dos problemas mencionados acima e de outros tantos que emergem da convivência cotidiana. Afinal, a conquista de um espaço privado de moradia, núcleo da família, vem na esteira de uma inserção num corpo coletivo (o “coletivo” de moradores). No entanto, diferentemente de outros ativismos, em que a conquista do espaço privado representa, em regra, a desmobilização do coletivo, a situação *sui generis* das ocupações do movimento dos sem-teto, no âmbito do qual a conquista da moradia é constantemente ameaçada de despejo até que se regularize definitivamente a posse, e em que o melhoramento das condições da ocupação depende do trabalho e do investimento dos próprios moradores, tal situação demanda uma participação ativa nos espaços de decisão política e de compartilhamento da vida cotidiana, sob pena de terem decididamente abalada a integridade da posse.

AS IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS DAS OCUPAÇÕES NA VIDA DOS MORADORES E OS LIMITES DE SUAS EXPERIÊNCIAS ALTERNATIVAS

Podemos esquadrihar três “níveis” de implicações econômicas derivadas da ação do movimento dos sem-teto: i) diminuição dos custos de vida e, conseqüentemente, o aumento da capacidade de consumo; ii) maior acessibilidade ao mercado formal de trabalho (tanto pela proximidade com o local de trabalho, quanto pela formação da força laboral) e às fontes de geração de renda do mercado informal; iii) incremento de renda e subversão das relações capitalistas de produção graças ao desenvolvimento de cooperativas autogeridas no próprio espaço de moradia. Quando as implicações econômicas de um ativismo permeiam consistentemente esses três “níveis”, então a separação entre a esfera da produção e a esfera do consumo tende a esvanecer. O que queremos destacar, porém, não é a possibilidade de universalização da “fusão” entre espaços de produção e de moradia, mas tão somente como alguns ativismos têm encontrado nessa fusão uma maneira de acumular forças para potencializar a sua atuação política. Tentarei mostrar, a partir de agora, os avanços e os limites das ocupações em tela, no que respeita aos três “níveis” de implicação econômica de sua ação.

Com relação à diminuição dos custos de vida e conseqüente aumento da capacidade de consumo, um elemento preponderante para uma parcela considerável dos moradores das ocupações estudadas é a dispensa dos custos com aluguel. No minicenso realizado por Lima (2010) junto à ocupação Quilombo das Guerreiras, cujos resultados foram publicados numa monografia sugestivamente intitulada “O que mudou na sua vida?”, a autora aferiu que, dos 52 moradores entrevistados (cada entrevistado representando uma unidade de habitação da ocupação), 21 – isto é, aproximadamente 40% – provinham de residências alugadas⁵. Em um levantamento realizado por Mamari (2008) junto à ocupação Chiquinha Gonzaga, 23 entrevistados, em um universo de 47, responderam residir em moradias alugadas antes de habitarem a ocupação, o que representa 48,9% dos entrevistados.

⁵ Apenas três entrevistados alegaram serem provenientes de moradia própria. A maioria dos demais (13) advinha da casa de parentes, outros residiam em casas de cômodo (6), moravam “de favor” (3), um residia em abrigo do Estado, e os quatro restantes, em outra ocupação de sem-teto.

Outro elemento de suma importância para a diminuição de despesas deriva da centralidade das três ocupações, poupando os seus moradores dos gastos com transporte para o trabalho. Na monografia de Lima, mencionada no parágrafo anterior, foi perguntado aos moradores quanto gastavam por dia com transporte público antes e depois de residirem na ocupação. As respostas mostram que antes, apenas 11 moradores, em um universo de 52, não tinham gastos com passagem, 12 utilizavam duas passagens diárias, nove precisavam de quatro passagens, e outros cinco chegavam a gastar seis passagens todos os dias (14 deles não responderam). Uma vez habitando a Quilombo das Guerreiras, 21 moradores declararam não ter mais esse tipo de gasto, e outros 21 passaram a usar apenas duas passagens por dia. Além disso, somente dois moradores declararam gastar quatro passagens para ir ao trabalho, e nenhum outro seguia gastando seis. Se acrescentarmos despesas com transporte para finalidades outras que não o trabalho, como, por exemplo, os deslocamentos para tratamentos médicos e lazer, conseguimos dimensionar o impacto da vida na ocupação para estancar a sangria de recursos familiares com a mobilidade urbana.

No entanto, a redução dos custos de vida não se limita à menor dependência do transporte público e ao abandono do aluguel. Expedientes como a organização de cozinhas coletivas e cooperativas de consumo, quando implementados, têm um peso significativo nisso. Como pudemos verificar a partir da nossa colaboração junto à parcela do movimento dos sem-teto ora estudada, todas as três ocupações contaram com cozinhas coletivas nos momentos imediatamente após a posse, mas nenhuma delas logrou perenizar-se. Em um trabalho em que se dedica à análise da “economia popular solidária” no âmbito da ocupação Quilombo das Guerreiras, Almeida (2009) investiga o motivo do fechamento de sua cozinha coletiva após oito meses de funcionamento (o que representa o maior período de atividade de um equipamento desse gênero nas três ocupações). Colhendo depoimentos de diferentes moradores, notou-se que o fator preponderante era a desconfiança nutrida por alguns quanto às assimetrias referentes à colaboração dos outros para o bom funcionamento do equipamento. Afinal, as cozinhas coletivas das ocupações funcionavam mediante a contribuição, em dinheiro, de cada família (ou unidade habitacional, os quartos) para a compra dos insumos necessários, além de uma outra contribuição, em trabalho, para o fabrico das refeições. Como nem todos contribuem da mesma maneira em um ou outro aspecto, ou em ambos, os desentendi-

mentos superam os entendimentos e as cozinhas coletivas são fechadas, sendo substituídas por cozinhas privadas, nos quartos. Com relação às cooperativas de consumo, embora muitas vezes tenha sido debatida a sua implementação, elas nunca se concretizaram, por razões que precisam ser melhor investigadas. Podemos supor, entretanto, que o fracasso das cozinhas coletivas tenha competido decisivamente para isso – sem contar o fato de a própria existência de tais cozinhas implicar a existência de uma cooperação no consumo.

Percebe-se, pois, que quando as experiências econômicas das ocupações transcendem a mobilização prévia e imediata após a posse e demandam uma cooperação quotidiana continuada, a “quinta coluna” da cidade heterônoma exerce a sua força. Afinal, tal assimetria de cooperação em um equipamento autogerido voltado para o consumo coletivo é, seguramente, fruto de condicionamentos das relações hegemônicas em uma sociedade individualista como a nossa, mas também é a consequência da vulnerabilidade econômica de uma parcela considerável dos moradores das ocupações, vulnerabilidade que torna penosa a constância em contribuições financeiras aparentemente pequenas. Não é difícil imaginar as consequências psicológicas para quem não pode contribuir e precisa consumir, além dos expedientes empregados para ladear tal impossibilidade, que vão de uma maior contribuição em trabalho até os malabarismos da trapaça.

Se jogarmos luz sobre aquilo que denominamos o “segundo nível” das implicações econômicas das ocupações na vida dos moradores, veremos que elas são igualmente relevantes. Recapitulando, este “nível” refere-se à maior acessibilidade ao mercado formal de trabalho (tanto pela proximidade, quanto pelo aumento das possibilidades de formação da força de trabalho). Afinal, parte considerável dos gastos com transporte para o emprego é arcada pelos empregadores, os quais evitam, assim, contratar pessoas que residam muito longe. Além do mais, considerando-se que muitos dos moradores trabalham informalmente, estar na área central da metrópole significa maior acesso às fontes informais de renda, principalmente às atividades de camelô e catador de material para reciclagem. Com relação à preparação da força de trabalho, muito embora não tenhamos nenhuma pesquisa a respeito, pudemos constatar em nossas observações participantes que as crianças, os adolescentes e os jovens das ocupações são os maiores beneficiados. Por um lado, porque têm acesso a melhores escolas do que teriam nas áreas periféricas e, por outro, em decor-

rência das atividades de educação e cultura voltadas para eles, organizadas por moradores mais engajados e por membros do “apoio”, tais como as aulas de reforço escolar, oficinas de teatro, cinema e bloco de carnaval, entre outras. Finalmente, pela maior acessibilidade aos equipamentos culturais, em geral gratuitos, que existem no Centro da cidade do Rio de Janeiro, como bem frisou o morador João Barbosa, da ocupação Chiquinha Gonzaga, em entrevista concedida ao filme “Justa Causa”⁶.

Consideremos, agora, o “terceiro nível” de implicações econômicas da vida nas ocupações. Trata-se daquele compreendido pelo incremento da renda e pela subversão das relações capitalistas de produção. Ainda segundo o estudo de Lima, dos 52 moradores entrevistados, 44 disseram que o fato de residir no Centro interfere positivamente no trabalho e, questionados sobre as alterações de rendimentos com a mudança para a ocupação, 30 deles afirmaram ter aumentado sua renda. Isso ocorre, como já dissemos, em parte pela maior proximidade às concentrações de oferta de emprego formal e, em outra parte, pelo aumento das fontes de trabalho informal propiciado pelo Centro da cidade, caracterizado pela feérica circulação de consumidores das mercadorias dos camelôs, e pela abundância de resíduos recicláveis, um grande manancial de renda para os catadores – mesmo que a sua atividade seja, no mais das vezes, de extrema precariedade devido aos atravessadores, à fragmentação do grupo de catadores, à falta de espaço e de maquinário para a estocagem e o tratamento do material, entre outros fatores.

Buscando superar sua situação de grande vulnerabilidade econômica, os moradores da ocupação Quilombo das Guerreiras desenvolveram um mecanismo, ainda que rudimentar, de microcrédito, empenhando parte do dinheiro das suas “finanças” (isto é, a caixa para a qual cada família contribui mensalmente com uma quantia previamente determinada pelo coletivo), para conceder empréstimos àqueles que precisam comprar mercadorias para vender na rua (algumas vezes após terem as suas mercadorias apreendidas pela Guarda Municipal), ou para suprir algumas despesas inesperadas. Como relata Almei-

⁶ O filme “Justa Causa” foi elaborado por moradores da ocupação Quilombo das Guerreiras, no âmbito do Fórum Contra o Choque de Ordem, e contém depoimentos de residentes das três ocupações em tela, além de outros da ocupação Machado de Assis, localizada no bairro da Gamboa, nas imediações da Zona Portuária do Rio de Janeiro. O objetivo do filme era apresentar as ocupações ao público, sua organização interna, a origem dos seus topônimos, bem como oferecer uma contraposição ao projeto conservador de “revitalização” da Zona Portuária.

da (2009, p. 79-80), os empréstimos são aprovados ou recusados pelo “coletivo” de moradores em suas reuniões ordinárias.

Além dessas conquistas referentes ao aumento de rendimentos, a ida para as ocupações também tem resultado na organização dos moradores para resistir à repressão do Estado, vertida com particular intensidade pela atual gestão municipal do prefeito Eduardo Paes, mediante a organização do Fórum Contra o Choque de Ordem, o qual tinha lugar nas salas de reunião de diversas ocupações do Centro do Rio de Janeiro. Embora o Fórum tenha produzido alguns importantes materiais informativos visando à denúncia da repressão aos trabalhadores informais, e tenha servido para ativar mobilizações contra despejos de algumas ocupações, ele não mais existe – muito embora o “choque de ordem” continue reprimindo camelôs e despejando os sem-teto. Somos levados a crer que, em grande medida, as razões para a dissolução do Fórum tenham alguns fundamentos semelhantes àqueles que contribuíram para o insucesso, ou sucesso limitado, das experiências mais avançadas dos moradores das três ocupações estudadas, na esfera econômica: as cooperativas de produção e serviços (estas últimas consideradas como sendo, igualmente, de produção⁷). Primeiramente, é preciso frisar que em todas as três ocupações, ainda no período de preparação que antecede a posse, foi deliberada a reserva de certos espaços destinados à instalação de cooperativas, o que demonstra a sua preocupação com o desenvolvimento de experiências econômicas alternativas. Apesar de tal deliberação, a experiência das cooperativas não decolou. Na ocupação Zumbi dos Palmares, uma sala recebeu uma oficina de estampas de camisetas (*silk*) de um dos seus moradores, o qual obteve a concessão de uso do espaço sob a contrapartida de transmitir o ofício a outros moradores para que fosse constituída uma cooperativa. A oficina funcionou até a saída definitiva dos moradores do

⁷ Ao contrário da ortodoxia teórica de algumas correntes do marxismo, não consideramos como pertencentes à esfera da produção de valor apenas os trabalhadores implicados na produção de mercadorias “palpáveis”, isto é, o proletariado nos setores secundário e primário. Concordamos com Singer (1985), em seu prefácio crítico ao “Capitalismo Tardio”, de Ernest Mandel, que o trabalhador posicionado na prestação de serviços para a circulação e a venda de mercadorias é tão importante para a realização do valor quanto aquele que produziu as mercadorias. Além do mais, mercadorias imateriais são, também, mercadorias dotadas de valor, este sendo determinado, em “última instância”, pela correlação de forças entre trabalhadores e capitalistas na distribuição da riqueza social produzida, e não por um critério pretensamente objetivo, tal como o tempo de trabalho social empregado à produção de uma mercadoria. O leitor encontrará uma crítica aprofundada à teoria marxiana do valor em Castoriadis (1997).

edifício. No entanto, apesar dos cursos oferecidos pelo dono da oficina, jamais se formou um grupo permanente de produção, e a cooperativa outrora prevista não pôde se constituir.

Nas ocupações Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras, dois grupos de moradores se mobilizaram para a criação de cooperativas, uma de alimentos para eventos, outra de sandálias. Tanto num caso quanto no outro, as cooperativas, embora não regularizadas, chegaram a desempenhar as suas atividades, sendo inclusive assessoradas temporariamente pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP-UFRJ). Não obstante esses bons indícios de funcionamento, uma série de fatores competiu para que ele fosse logo limitado, levando ao fracasso parcial das cooperativas. Em primeiro lugar, deve-se considerar a falta de recursos financeiros para a compra de insumos, equipamentos e material de divulgação, em geral pequenas quantias (microcrédito), fazendo com que a produção seja sempre em pequeníssima escala e descontínua, alcançando um mercado igualmente reduzido. Em seguida, a situação de extrema precariedade econômica dos membros das cooperativas torna difícil seu deslocamento para receber formação administrativa. A incubação junto à ITCP, por exemplo, demandava a ida duas vezes por semana à Ilha do Fundão, com todo o grupo dos embriões de cooperativas, o que exigia gastos consideráveis com transporte. Em segundo lugar, embora instituições como a ITCP recebam verbas públicas para o seu trabalho, ela não conta com recursos para financiar as cooperativas. Além disso, por estarem em áreas de ocupações, os projetos de cooperativas têm sua regularização dificultada e, embora esse obstáculo possa ser suplantado, a própria regularização de uma cooperativa é dispendiosa e exige um tempo de atividades prévias e continuadas. Considere-se, finalmente, a falta de espaços para escoar a produção, a qual precisa, em regra, ser vendida informalmente na rua, podendo ser apreendida pela Guarda Municipal. Visando contornar este problema, o “coletivo” da Quilombo das Guerreiras encaminhou à Prefeitura um pedido para utilizar a calçada em frente à ocupação para a organização de uma feirinha, com os produtos das cooperativas das ocupações, mas a resposta foi negativa. A Cia. Docas do Rio de Janeiro – proprietária do edifício da referida ocupação – igualmente recusou um pedido de utilização de uma área ao lado do edifício para o mesmo fim. Ora, diante de tantos obstáculos, as experiências econômicas alternativas das ocupações enfrentam um ciclo vicioso difícil de

ser rompido: a falta de tempo e recursos compelem à inércia, e esta dificulta o auferimento, justamente, de tempo e de recursos.

Apesar de todas as dificuldades, nas ocupações Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras ainda funcionam dois embriões de cooperativas, ambos de fabrico de alimentos para eventos, cujos serviços são geralmente demandados por sindicatos e outras organizações dos ativismos sociais, o que pode servir como um indício de que, em matéria de experimentos econômicos alternativos no seio dos ativismos sociais, exista todo um potencial a ser explorado para suprir a escassez de capital necessário ao seu alavancamento. Falta, porém, a solidariedade ativa de uma parcela da sociedade civil mais engajada junto às tarefas organizativas (incluímos aqui o acesso às linhas de financiamento) para que se supere o estado de precariedade desses experimentos, entendendo-se que a demanda de tempo decorrente dos trabalhos convencionais (formais ou informais) e da gestão do espaço das ocupações, praticamente inviabiliza a dedicação necessária, por parte dos moradores, ao enfrentamento da burocracia e às tarefas fundamentais a toda empresa econômica, autogerida ou não.

O “ESTADO DE SÍTIO PERMANENTE” E A RESISTÊNCIA: O CERCO DA POLÍCIA E A INTIMIDAÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA

Em seu livro, “Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana”, Souza (2008) dedica um capítulo inteiro à análise do que podem fazer e o que efetivamente fazem os movimentos sociais em uma “era de medo”, isto é, em um tempo em que a violência – e o medo da violência – criminal ou “estrutural” (aquela da polícia e das Forças Armadas) incidem cada vez mais decididamente sobre a produção do espaço. O autor enfatiza a ameaça que a criminalidade violenta representa para os ativismos urbanos, especialmente aquela dos traficantes de drogas operando no varejo, os quais buscam territorializar os espaços do hiperpreariado, para estabelecerem ali enclaves operacionais. Na presente seção, além de pautarmos a conflituosa relação entre as ocupações do movimento dos sem-teto e a criminalidade violenta, buscaremos refletir também sobre a não menos conflituosa relação destas ocupações com a polícia. Por entender que nas cidades da semiperiferia do sistema capitalista as ocupações veem-se constantemente ameaçadas por dois vetores de violência, a polícia e a criminalidade, sugeri denominar tal situação como um “estado de

sítio permanente”, sublinhando, assim, sua diferença em relação às ocupações (*squatts*) localizadas nos países centrais, onde a brutalidade policial constitui a principal ameaça.

À parte as exceções que confirmam a regra, toda ocupação inscrita em um ativismo social vê-se obrigada, logo após a tomada de posse do edifício ou terreno outrora vago, a ter que “dialogar” com a polícia. As “forças da ordem” nada mais fazem do que cumprir com o seu papel de zeladoras de um dos pilares do *status quo*, a propriedade, e uma afronta a esta instituição central do capitalismo, ainda mais quando marcada tão explicitamente no espaço urbano, demanda uma resposta rápida para evitar a banalização. Isto é válido para as propriedades em domínio tanto de sujeitos privados quanto públicos. Em geral, antes mesmo de se abrirem as negociações entre proprietários e posseiros, a polícia é convocada para dar início ao cerco. Trata-se, pois, de uma pressuposição de criminalidade na ação dos ocupantes, muito embora, como mostraremos em seguida, o ordenamento jurídico brasileiro dê margens interpretativas diferentes.

Contrariamente ao que professam, ou ao menos desejam, muitos ativistas, a expulsão ou não dos posseiros, por parte da polícia, desde que efetuada pouco tempo após a entrada no terreno ou edifício, não demanda forçosamente uma ordem judicial. A polícia pode se valer da sua prerrogativa do uso legal da força para coagir o que ela caracteriza como um delito em flagrante. As duas expulsões sumárias, sem determinação da justiça, da ocupação Guerreiros Urbanos, na zona portuária do Rio de Janeiro, são exemplos do uso dessa prerrogativa policial. De maneira inversa, o autor já presenciou diversas vezes o não cumprimento, por parte da polícia, de ordens judiciais de expulsão de posseiros. Em geral, a maior parte das ocupações que não são sumariamente expulsas recebe ordens judiciais desfavoráveis, as quais passam a ser usadas pelos proprietários, públicos ou privados, como elemento de pressão durante as negociações. É importante frisar, pois, que o que determina a permanência ou a expulsão dos posseiros é uma correlação de forças políticas, sendo a justiça e a polícia alguns dos recursos empenháveis no instrumental da cidade heterônoma.

Em tese, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece as condições para que os conflitos entre os ocupantes sem-teto e proprietários sejam resolvidos judicialmente, sem a pronta intervenção da polícia. Afinal, tomar posse de uma propriedade imobiliária ociosa configura um ato não necessariamente crimi-

noso, na medida em que determinados instrumentos jurídicos existem para assegurar legalmente a posse, tal como a usucapião, quando se trata de propriedades privadas, e a concessão do direito real de uso, para imóveis públicos, ambos previstos no artigo 183 da Constituição Federal e caracterizados no Código Civil, em seu Livro III, o qual versa sobre o Direito das Coisas. Ocorre que a propriedade, para ser caracterizada de maneira plena, exige o domínio (assegurado por um título) acrescido da posse, a qual pode ser exercida direta ou indiretamente, ou não ser exercida, fazendo, neste último caso, com que a propriedade descumpra sua função social, cuja definição específica é outorgada aos municípios, pelo Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001 –, através dos seus Planos Diretores. Quando um proprietário acredita ter a sua propriedade esbulhada pelos ocupantes, cabe-lhe acionar as devidas ações possessórias como, por exemplo, a reintegração de posse, argumentando que ele ali exercia a posse indireta. Os ocupantes, em geral, podem demandar ao juiz a manutenção de posse, por acreditarem serem eles os verdadeiros posseiros daquele imóvel, mesmo sem o domínio. Caberá ao juiz, portanto, a caracterização dos atos, determinando se a posse indireta exercida pelo proprietário está revestida de maior legitimidade do que a posse direta dos ocupantes. A experiência tem mostrado que os juízes dão sistematicamente razão aos primeiros. Por mais que a doutrina jurídica que rege o nosso ordenamento social respalde tal decisão, ela está alicerçada, indubitavelmente, em um fundamento ideológico, aquele da primazia do direito da propriedade sobre o direito à vida, ambos assegurados como direitos fundamentais em nossa Carta Magna.

Procedamos, aqui, a um exercício de esvaziamento do domínio do político, considerando-o como concernente apenas à elaboração das leis, e não à sua “aplicação” pelas “forças da ordem”. Ora, mesmo nesses termos acanhados, o pronto acionamento da polícia para fazer face à toda ação de posse de um imóvel ocioso por parte dos sem-teto configura uma atitude inegavelmente política de criminalização dos ativismos sociais. Com perdão da comparação desajeitada, imagine o leitor se um consumidor que se sinta lesado por um prestador de serviços apelasse à polícia antes de acionar o tribunal de justiça competente? Se isso ocorre com relação aos sem-teto, é porque os poderes que orientam a polícia consideram a ação dos sem-teto criminal e violenta. Somos levados a constatar, portanto, que o tratamento dado pelo aparelho de Estado a esse ativismo inverte a formulação clausewitziana, segundo a qual a guerra

seria a extensão do domínio do político por outros meios. Em nosso Estado (e na maioria dos Estados capitalistas), a política de tratamento com o movimento dos sem-teto tem sido a extensão da violência por outros meios, posto que calcada *a priori* na intimidação policial.



Seguranças e advogados da Cia. Docas do Rio de Janeiro em palestra com policiais da Polícia Federal no dia seguinte à posse do edifício da Av. Francisco Bicalho pelos moradores da Quilombo das Guerreiras, em 2006. Autor: R. Diniz.

Fonte: <http://www.fazendomedia.com/novas/movimentos131006.htm>

A experiência tem mostrado que três fatores são decisivos para a expulsão sumária ou não de uma nova ocupação de sem-teto pelas forças policiais: a) a conjuntura política; b) a localização, e c) a organização dos ocupantes. No Rio de Janeiro, em meados da década de 2000, em uma conjuntura marcada pela necessidade do governo federal de manter ao seu lado certas bases populares de sustentação, e pela cacofonia entre as esferas municipal, estadual e federal de governo, a ocupação de edifícios públicos em áreas centrais mostrou-se viável, haja vista o sucesso das três ocupações aqui estudadas. Ao mesmo tempo, a ocupação de edifícios privados na área central da metrópole era pouco tolerada, mas não completamente desautorizada dando provas disso a expulsão sumária das duas primeiras tentativas de ocupação da Quilombo das Guerreiras, pri-

meiro em um bairro de classe média (remediada), o Rio Comprido, depois, em pleno CBD (*Central Business District* – Distrito Central de Negócios), ao passo que a ocupação Manoel Congo logrou permanecer nesse mesmo edifício, graças, segundo a análise feita pelo autor e compartilhada por alguns ativistas do movimento, aos laços políticos mais estreitos dos seus ocupantes com organizações do movimento social ligadas ao Partido dos Trabalhadores.

Até 2009, a conjuntura político-econômica da capital fluminense ainda tolerava ocupações de sem-teto em áreas centrais quando a “escolha locacional” era planejada com acerto. A ocupação Machado de Assis, situada no bairro da Gamboa, em plena zona portuária do Rio de Janeiro, parece ter cavado a sua permanência no local por ter tomado posse de um edifício privado que já havia sido objeto de desapropriação pelo poder municipal, o qual aproveitou a oportunidade para destiná-lo à habitação de interesse social, preenchendo, dessa forma, uma quota mínima de residências para este fim no âmbito do grande projeto de “revitalização” da zona portuária. Agora, após o alinhamento das três esferas de governo e da iniciativa privada para a consecução da reestruturação sócio-espacial dessa área, e após as concessões abertas à regularização de algumas ocupações escolhidas, como a que acabamos de mencionar, e a construção do conjunto habitacional Quilombo da Gamboa – o qual acolherá, em um único conjunto, três ocupações localizadas no Centro do Rio de Janeiro – todas as recentes tentativas de ocupação na área central do município tem sido sumariamente reprimidas pela polícia, antes mesmo da emissão de uma ordem judicial, ao contrário do que costumava ocorrer até então. Resta saber se existem conjunturas completamente “fechadas” a novas ocupações, ou se alguma inovação por parte dos ativismos conseguiria abrir brechas, ou até mesmo competir para transformar a conjuntura estabelecida. Mas esta é uma questão cuja análise teórica não pode trazer respostas, cabendo à práxis dos ativismos, em cada contexto, demonstrar até onde vão as margens de manobra para que a sua ação acarrete ganhos de autonomia.

Seja como for, no que respeita à brutalidade policial quando da expulsão de sem-teto, parece não existirem receitas infalíveis para a proteção de ativistas. Tácticas como a constituição de um cordão de segurança dos ocupantes formado por manifestantes, e o registro permanente da ação policial com câmeras de vídeo, as quais costumavam frear a ação da repressão até a emissão de uma ordem judicial – que os sem-teto acatavam, em regra, sem resistência – têm se mostrado insufi-

cientes na atual conjuntura, como mostra, com diversos exemplos, o filme “Atrás da Porta”⁸. O que temos presenciado atualmente é a agressão de manifestantes por parte dos policiais mediante o uso de *spray* de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, culminando, em não poucos casos, com a prisão de alguns ativistas, os quais são indiciados, entre outros crimes, por formação de quadrilha, deixando clara, assim, a intensificação da política de criminalização do movimento dos sem-teto por parte do aparelho de Estado. Diante do cerco da polícia na atual conjuntura, parece que um esforço adicional em termos de difusão midiática das ocupações e angariamento massivo de apoiadores para dirimir a violência será uma condição mínima, a qual deverá vir acompanhada de uma luta institucional de longa duração para impor limites à brutalidade policial e, finalmente, para inverter a situação de criminalização.



Repressão policial à primeira tentativa de ocupação realizada pelos moradores da Quilombo das Guerreiras, em julho de 2006.

Foto: Hipólito Pereira.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2006/10/09/286031935.asp>

Com relação ao outro flanco do “estado de sítio permanente” exercido pela cidade heterônoma contra o movimento dos sem-teto, aquele da criminalidade violenta, começemos por recuperar parte da reflexão feita por Souza (2008), no capítulo de livro mencionado no início desta seção, à luz de alguns casos concretos. Ao apresentar o assédio sofrido por acampamentos e ocupações, tanto

⁸ Realizado em 2010, por Vladimir Seixas e Chapolim, o filme mostra a resistência de algumas ocupações da área central do Rio de Janeiro, assim como despejos executados pela polícia. Disponível na Internet em <http://www.youtube.com/watch?v=NDQuRhsr8HI>.

na periferia quanto nas áreas centrais de metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo – um dos exemplos mais dramáticos talvez seja a expulsão da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) do seu primeiro assentamento regularizado, a ocupação Anita Garibaldi, em Guarulhos (SP), por traficantes de drogas no ano de 2004 – o autor chamou a atenção para que se recuse definitivamente uma certa concepção, ainda consideravelmente difundida entre a esquerda, de que o “lumpemproletariado armado” seria potencialmente insurgente⁹. Mas os narcotraficantes operando no varejo estão longe de representarem os únicos agentes da criminalidade violenta a “cercar” o movimento dos sem-teto e outros ativismos urbanos. Os capangas contratados pelos proprietários fundiários para intimidar, e mesmo assassinar os ocupantes – há notícias de que alguns deles sejam policiais – e as máfias, chamadas de milícias, causam tanto ou mais preocupação que os traficantes. Quanto a este tipo de violência, a localização das ocupações, sobretudo a sua maior ou menor centralidade, faz uma grande diferença, estando aquelas situadas em áreas periféricas muito mais vulneráveis a agressões por parte desse tipo de criminosos.

No Rio de Janeiro, cidade onde o controle territorial exercido pelas quadrilhas de narcotraficantes incide também, muito frequentemente, sobre as áreas centrais – em larga medida em função do padrão particular de segregação residencial da capital fluminense que rompe com o tradicional esquema centro-periferia – a vizinhança direta das ocupações com a criminalidade violenta é quase uma constante. Uma das consequências nefastas dessa proximidade, para além da tentativa de controle direto dos espaços ocupados por parte dos criminosos, é a concorrência entre a autoridade do corpo político da ocupação (“coletivos”, assembleias, coordenações) e a autoridade que exerce a criminalidade na resolução de conflitos. É do conhecimento de todos que narcotraficantes e “milicianos” desempenham amiúde o papel de juízes nos atritos entre os moradores dos territórios por eles controlados, tanto por conta da transferência do capital simbólico exercido pelas armas, as quais conferem poder aos possuidores de autoridade, quanto pelo vazio deixado pelo poder público.

⁹ Para uma discussão aprofundada a respeito do papel de agentes sistêmicos dos narcotraficantes operando no varejo com base nos espaços segregados dos pobres urbanos, remetemos o leitor a Souza (2008, p. 123-139), que os considera o elo mais vulnerável do “capitalismo criminal-informal”.

Em geral, o corpo político de uma ocupação do movimento dos sem-teto é a legítima esfera de resolução de conflitos entre os seus residentes, evitando, assim, o acionamento das autoridades estatais. Não obstante, há uma tendência, por parte de alguns moradores, a recorrer à “justiça” criminal, principalmente nos momentos iniciais de uma ocupação, em que a legitimidade do corpo político e a identidade coletiva do grupo ainda estão a serem forjadas, ou em ocupações cujo corpo político encontra-se em crise. Produz-se, assim, uma “dualidade reversa de poder”, em nanoescala, na qual a legitimidade do poder do ativismo social sobre o seu território é desafiada pela autoridade dos criminosos instalados na sua proximidade. O autor já presenciou casos em que ativistas de uma ocupação de sem-teto optaram por enviar uma espécie de delegação com o fito de explicar aos chefes do tráfico operando em uma favela vizinha o seu compromisso com a transformação social e a sua maneira de resolver conflitos, pedindo-lhes que desconsiderassem eventuais demandas de intervenção da parte de algum morador, pedido que foi aceito. É claro que essas são situações-limite e não representam a regra da vida quotidiana nas ocupações, mas mostra particularmente bem a incidência da “quinta coluna” da cidade heterônoma sobre as “trincheiras” dos sem-teto e o seu esforço para contornar tal assédio.

Para encerrar esta seção, o autor gostaria de refletir a respeito da ideia, compartilhada entre alguns ativistas das ocupações aqui estudadas, segundo a qual haveria uma relação direta entre os estilos de gestão dos territórios do movimento e a sua maior ou menor vulnerabilidade às pressões exercidas pela criminalidade. Para esses ativistas, a separação rígida entre coordenações e a “base” de moradores em uma área de ocupação tenderia a oferecer brechas ao assédio de criminosos. Em primeiro lugar, porque bastaria atacar a coordenação para que o território fosse controlado. Em segundo lugar, porque tal separação tenderia a concentrar o senso de responsabilização com os assuntos da ocupação em um pequeno grupo, desonerando os demais desse compromisso, mesmo que involuntariamente, de tal maneira que o respeito às regras e à autoridade do corpo político que regula aquele espaço torna-se menos frequente, dando margem a cooptações por parte dos criminosos ou, ainda, à perpetração de atitudes ilícitas no interior da ocupação por alguns dos moradores. O autor das presentes linhas tende a concordar com tal avaliação, desde que algumas ressalvas importantes sejam feitas. Afinal, a instituição da autogestão, embora tenda a superar o problema da infantilização das “bases”, convocando-as a

assumirem, de modo mais intenso do que no mecanismo de representações, responsabilidades na vida política dos seus espaços, não é, por si só, garantia de que tal responsabilização seja assumida. Quanto a isso, há de se lutar contra os valores hegemônicos da cidade heterônoma, em sua separação estrutural entre dirigentes e dirigidos, homens de decisão e executores, tanto no plano do político, quanto na esfera da empresa econômica. Ademais, a inexistência estatutária de direções ou cargos de chefia formais não é nenhum antídoto infalível contra a constituição de indivíduos, ou grupos de indivíduos, que venham a acumular repetidamente maiores responsabilidades e a exercer *de facto* o direcionamento dos rumos políticos e gestoriais de uma dada coletividade¹⁰. O autor já conheceu ocupações em que os “coletivos” autogeridos estavam em colapso, e outras em que as coordenações conseguiam manter por muito tempo a mobilização da maior parte dos moradores. Ao fim e ao cabo, ao que tudo indica, acima do estilo de gestão territorial das ocupações, aquilo que tende a torná-las menos vulneráveis ao assédio da criminalidade, violenta ou não (nem todos os criminosos, necessariamente, impõem-se pela violência), é a capacidade de mobilização do maior número de moradores possível, e de maneira contínua, para assumirem os assuntos do seu espaço de moradia coletiva.

AS REPRESENTAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS DOS MORADORES: ENTRE A SUBVERSÃO E A REPRODUÇÃO DE ESTIGMAS

Já em duas ocasiões esforçamo-nos por escrutinar as representações que os moradores das ocupações em tela fazem dos seus próprios espaços, da cidade e dos processos urbanos que compõem a sua instituição, isto é, as suas “representações sócio-espaciais”. Remetemos, pois, o leitor sequioso de uma leitura mais aprofundada sobre o tema a estes dois trabalhos: Souza e Teixeira (2009) e Teixeira (2009). Mas, por que o estudo das representações em um artigo cujo objeto são as tensões entre transformação e reprodução das relações no espaço urbano?

A resposta a esta pergunta exige uma apresentação, mesmo que breve, da categoria representação, bem como do conceito de “representação sócio-espacial”. Já faz um bom tempo que a categoria de representação foi resgatada da condição de falsidade a qual era relegada, ou mesmo da sua condição de reprodução im-

¹⁰ Cf. Teixeira (2010b).

perfeita do real, a qual remete a Platão. Na esteira da “virada linguística” (*linguistic turn*) das humanidades na primeira metade do século XX, as representações foram alçadas ao estatuto de elementos-chave para as práticas de significação, conforme argumenta o eminente teórico cultural, Stuart Hall (1997). Afinal, os indivíduos significam o mundo através de “mapas conceituais”, ou seja, o conjunto de conceitos e representações mentais “de todo tipo de objetos, pessoas ou eventos, reais ou fantasiosos” (HALL, 1997, p. 17), sendo, justamente, o compartilhamento de importantes elementos de diferentes “mapas conceituais” o que viabiliza a comunicação interindividual, significando que eles partilham da mesma cultura. De tal maneira, que as representações não são fruto das relações que constituem a “realidade concreta”, mas condição mesmo da “construção social da realidade” – para empregar os termos do consagrado trabalho de Berger e Luckmann (2008 [1966]) – orientando as relações sociais entre indivíduos e grupos.

Na Psicologia Social, sob a tutela de Moscovici, as representações ganharam uma definição mais precisa, bem como uma metodologia de análise, nos marcos de uma teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2003 [2000]). Segundo esta teoria, as representações sociais comporiam parte fundamental da produção de saber no cotidiano da sociedade moderna, em que a realidade social está em contínua e acelerada transformação e no âmbito da qual vigora uma acentuada policentria discursiva. Em tais condições, objetos novos (fatos, discursos, personagens etc.) aparecem o tempo todo, ou novas apreciações sobre os mesmos objetos vêm à baila, exigindo dos indivíduos uma estratégia cognitiva que consiste em buscar símbolos ou conceitos familiares para julgar/classificar/apreender o não familiar: representar. Em Teixeira (2009), propusemos que, quando as representações sociais têm como objeto o espaço, ou os processos e atores implicados na produção do espaço, então estamos diante de “representações sócio-espaciais”. Através de um estudo de caso feito junto à ocupação Quilombo das Guerreiras, mas na qual entrevistamos também, para fins de contraste, moradores das ocupações Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares (entre outras), buscamos entender como os sem-teto representam o próprio espaço da ocupação e os sem-teto residentes em ocupações não organizadas em torno de um ativismo social, a favela, os favelados, bem como a bandeira da reforma urbana ou processos como a “revitalização urbana”.

Afinal de contas, se as representações são parte constituinte da construção da realidade, orientando as práticas sociais – entre elas, claro, a produção do espaço

–, é de suma importância saber se as representações forjadas no âmbito de um ativismo competem para fortalecer relações que permitam ganhos de autonomia, ou se, ao contrário, são vulneráveis à “quinta coluna” da cidade heterônoma, reproduzindo estigmas e preconceitos. Para tanto, antes de analisar as representações em si, é fundamental investigar as condições de criação das representações de um grupo social específico, de modo a recompor as interações nele estabelecidas. Uma das formas de empiricizar tais condições de criação de representações é apreender as práticas discursivas engendradas no âmbito dos grupos sociais em estudo, de modo a decifrar a sua maior ou menor verticalidade, o grau de participação de cada um dos seus membros, e mesmo o papel que o discurso desempenha na consolidação do grupo, entre outras características.

Nas ocupações estudadas, foi possível notar que a identidade de grupo está calcada em uma prática discursiva iniciada ainda no período de preparação que antecede a posse, prática cujo principal esforço é encorajar os futuros moradores a tomarem a palavra durante as reuniões semanais. No entanto, este mesmo esforço desnuda uma condição assimétrica herdada da cidade heterônoma, em que a maioria dos cidadãos assume o papel de receptores mais ou menos passivos de algumas fontes discursivas: as igrejas, os formadores de opinião da mídia, os políticos profissionais, os chefes etc. Para o autor das presentes linhas, oriundo da militância junto ao movimento estudantil, ficou evidente a diferença de participação discursiva entre os “neófitos” deste movimento nas universidades para aquela dos sem-teto de primeira viagem. Entre aqueles, verifica-se uma vontade de falar que, em muitos casos, resulta em cacofonia, ao passo que, entre os últimos, a palavra em uma reunião pública exige grandes esforços. Tal dificuldade é paulatinamente superada em decorrência do trabalho dos organizadores dos grupos que farão as ocupações, os quais incentivam, ou mesmo obrigam os futuros moradores a assumirem responsabilidades que competem para uma elevação da autoestima dos indivíduos e para uma maior participação discursiva (tendo em vista a necessidade de prestar contas das tarefas assumidas). É o que ocorre quando da constituição das comissões de trabalho (“estrutura”, “elétrica”, “finanças”...), com a escolha do nome da futura ocupação (feito por meio de uma votação) ou com a elaboração do seu regimento interno. Ao longo de alguns meses de reuniões preparatórias, a participação discursiva dos moradores aumenta consideravelmente, o que representa uma das primeiras transformações positivas empreendidas no bojo desse ativismo.

Mas não são alguns meses de reuniões preparatórias de (auto)formação política, tampouco alguns anos de participação na vida política de uma ocupação de sem-teto, que dotarão o conjunto dos seus moradores de uma capacidade crítica capaz de torná-los infensos à reprodução de representações indisputavelmente heterônomas¹¹. Notamos que tal capacidade está assimetricamente distribuída, mesmo em grupos políticos organizados pela isonomia, e que esta assimetria decorre, em grande medida, da participação prévia dos indivíduos em mobilizações políticas, ou do maior tempo de convivência na ocupação¹², além, claro, do maior comprometimento com o seu destino político.

Uma das representações que buscamos analisar foi aquela encerrada pelo termo “invasão”, em contraposição a “ocupação”. Considerávamos, de antemão, o termo “invasão” inegavelmente pejorativo, ainda mais quando empregado para designar os posseiros de terrenos e edifícios ociosos, emprego cuja reprodução ou refutação por parte dos sem-teto analisados nos interessava apurar. Em decorrência da incorporação do termo “ocupação” ao próprio nome dos espaços territorializados pelos sem-teto entrevistados, imaginávamos que seria ponto pacífico a afirmação das suas posses (e as dos demais sem-teto) como “ocupações”, além da crítica ao emprego do termo “invasão”. No entanto, os depoimentos recolhidos mostraram que tal separação é menos evidente.

Efetivamente, entre os líderes destacados das ocupações estava assentada a distinção entre “ocupação” e “invasão”, e a sua problematização constava como um dos temas de pauta em seus trabalhos de formação política junto aos demais moradores. No entanto, verificamos, entre estes últimos, mas também entre os líderes destacados, dois comportamentos inesperados. O primeiro deles pode ser

¹¹ Consideramos heterônomas as representações que inferiorizam, de alguma maneira, indivíduos ou grupos, ou mesmo a espacialidade destes (as favelas, a periferia, um bairro específico...), competindo, assim, para submetê-los a situações opressivas (bem como legitimá-las) por parte de uma maioria ou de uma minoria de potentados, e, em geral, levando-os a assumir a condição de inferioridade por terem a autoestima minada.

¹² É preciso esclarecer que alguns dos membros participantes das reuniões preparatórias acabam por abandonar o grupo após a realização da ocupação, e que outros integram-no apenas após a posse, ou mesmo muito tempo depois. Além disso, não são raros os casos em que somente um representante familiar participou das reuniões preparatórias, e, mesmo durante as reuniões dos “coletivos” de moradores, é frequente a participação destes representantes apenas, tendo em vista que a exigência de participação se estende às unidades habitacionais, e não a todos os moradores.

apresentado da seguinte maneira: entre os moradores considerados “comuns”¹³, não era rara a indistinção entre “ocupação” e “invasão”, e muitos deles consideravam o próprio edifício onde moravam como sendo uma “invasão”. A razão dessa indistinção não se explica, porém, pela concordância com os estigmas difundidos pela grande mídia e pelo Poder Judiciário, para quem a defesa intransigente e incondicional da propriedade privada obriga-os a representar os posseiros como criminosos, e a posse (a “ocupação”), como um crime. Ao contrário, o termo “invasão”, proferido pelos sem-teto entrevistados, configurava uma representação ainda não objetivada, isto é, que não havia sido categorizada, sendo tão somente uma expressão (ou imagem) tomada de empréstimo do vernáculo para designar uma espacialidade sobre a qual não se faz grandes juízos de valor.



Fachada da ocupação Zumbi dos Palmares.

Fonte: <http://pelamoradia.files.wordpress.com/2011>

O segundo comportamento inesperado provém da representação que mesmo alguns dos líderes destacados faziam dos posseiros de edifícios não organizados em torno de algum ativismo. Por serem amiúde controlados ou asse-

¹³ Isto é, que não exercem papel de liderança destacada, formal ou informal.

diados pela criminalidade violenta, ou abrigarem a prostituição, uso de drogas ilícitas e outras atividades pouco aceitas pelos padrões legais e morais considerados normais, observamos que esses espaços são também reputados como “invasões”, mas não com o mesmo significado exposto no parágrafo anterior. No caso presente, o termo “invasão” é convocado para demarcar uma diferença entre as “ocupações” (espaços organizados, legítimos) e as “invasões” (desorganizados, antros de maus costumes e práticas ilegais e ilegítimas...), como atesta o trecho de entrevista citado a seguir, o qual é representativo de muitos outros:

É, esse espaço aí eu considero invasão. Porque, a partir do momento que não há uma organização e que chega lá e tem prática de crimes, como tem uso de drogas, quer dizer, então pra mim é uma invasão.¹⁴

Invasão é uma coisa não planejada. Invasão é qualquer um, invasão não tem portaria, invasão não tem um estatuto interno, que precisamos de limpeza, precisamos de ordem, precisamos de organização. Isso é: a invasão não tem esse tipo de serviço, de coisa, e, já a ocupação, tem. A gente se organiza.¹⁵

É compreensível, ainda mais em um contexto de forte estigmatização das ocupações do movimento dos sem-teto, que alguns entre os seus moradores busquem destacar a sua organização, disciplina e luta por direitos civis. Mas fazê-lo mediante a estigmatização dos espaços dos sem-teto não organizados em torno de ativismos sociais é problemático em múltiplos sentidos, como insistimos em outras oportunidades (SOUZA; TEIXEIRA, 2009; TEXEIRA, 2009, p. 129). Em primeiro lugar, não são todos os espaços tidos como “invasões” que justificam a sua representação como “antros de violência e maus costumes”; além disso, como pudemos bem notar na seção anterior do presente artigo, em um contexto como o das grandes cidades dos países semiperiféricos, em que a criminalidade violenta parece onipresente e com capacidade de “infiltrar-se” em quase todos os espaços segregados, mesmo os territórios dos movimentos sociais, como as “ocupações organizadas”, são muitas vezes alvos da sua ação insidiosa; ademais, deve-se reconhecer que a reprodução do discurso hegemônico, valendo-se dos termos “invasão” e “invasores” para designar essa parcela da população e seus espaços, mesmo que, pela sua pouca organização, sejam presas fáceis da criminalidade e da ação de oportunistas (que vendem ou

¹⁴ Entrevista com morador da ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2009, no Rio de Janeiro.

¹⁵ Entrevista com morador da ocupação Quilombo das Guerreiras em 17/02/2009, no Rio de Janeiro.

alugam quartos ou terrenos em áreas de posse), significa não reconhecer que a função precípua desses espaços é a moradia. Consequentemente, mesmo que de maneira não intencional, acaba-se por legitimar a proteção da propriedade privada – um dos pilares de sustentação da cidade heterônoma –, posto que também esses imóveis estavam ociosos e não cumpriam sua “função social”. Na opinião do autor, deve-se tentar deixar claro para a sociedade civil que toda a posse de imóveis ociosos – por abandono ou para a prática especulativa – com fins de moradia, de geração de renda ou de produção cultural (ou para qualquer fim socialmente útil) é legítima. Consideradas as posses dessa maneira, a sua organização interna, sobretudo a organização política, descola-se da seara da legitimidade, enfatizando, ao contrário, a imprescindibilidade e urgência de se operar uma transformação profunda do *status quo*.

Outra representação sócio-espacial significativa para entender a tensão entre o combate e a reprodução de estigmas no âmbito das ocupações estudadas é a que os seus moradores fazem das favelas e dos favelados. As implicações das representações que os sem-teto elaboram sobre esses espaços ganham em densidade se levarmos em conta que as favelas também são, a rigor, ocupações, pois se configuram como posses e detêm estatuto jurídico semelhante ao das posses do movimento dos sem-teto. Além do mais, é muito frequente que as ocupações do movimento em questão também sejam pejorativamente chamadas de “favelas”, ou “favelas verticais” (quando se trata de edifícios). Como se sabe, as favelas no Brasil sofrem com uma grande estigmatização, sendo os seus moradores tratados como inferiores na cidade e atrelados indiscriminadamente à criminalidade violenta. Interessava-nos saber, pois, como esse espaço estigmatizado e seus moradores seriam representados por um grupo social que também é alvo de estigmas e que possui um vínculo grande com as favelas, tendo em vista serem muitos dos sem-teto entrevistados delas oriundos.

Os depoimentos que obtivemos podem ser agrupados segundo cinco aspectos principais: 1) aqueles que enfatizam a diferença organizacional entre ocupações e favelas, seja admitindo a superioridade destas últimas pelo seu acúmulo histórico, seja creditando às primeiras maior organização, em decorrência da falência das associações de moradores; 2) os depoimentos que sublinham a oposição entre a segurança nas ocupações e a insegurança nas favelas (*e.g.*: “A diferença daqui, por exemplo, com relação às drogas, que na ocupação raramente se vê – aqui, pelo menos, a gente não vê drogas, armas. Já numa favela,

vê direto, né?"); 3) os que representam os favelados como "acomodados", e os sem-teto como "lutadores" (e.g.: "Tem, tem muita diferença. Porque os favelados se acomodam na favela, né? E os sem-teto, não. O sem-teto procura moradia melhor, mais dignidade"); 4) aqueles que, diferentemente, consideram os favelados também como sem-teto, dada a insegurança da posse na favela e a precariedade da sua habitação; 5) os depoimentos que apontam a ocupação como sendo um espaço de resgate da luta do povo pobre das cidades, tendo em vista as dificuldades de mobilização em torno de um ativismo consequente nas favelas, dado o controle tirânico a elas imposto por parte da criminalidade violenta e dos confrontos decorrentes das incursões violentas do aparelho repressor do Estado.

Nota-se facilmente que o discurso dos sem-teto sobre as favelas tem múltiplas faces, revelando certas ambiguidades. Por um lado, é possível perceber vínculos de solidariedade com os favelados, chegando mesmo a considerá-los como sem-teto, tendo em vista a sua situação de dificuldade e a possibilidade de perder a casa. No entanto, em meio a algumas diferenciações bastante realistas em relação aos espaços das favelas, principalmente no que respeita à segurança, pode-se encontrar também a reprodução de algumas generalizações e simplificações preconceituosas, como considerar os favelados acomodados, ou acreditar que a favela é desprovida de regras. Contudo, percebe-se, mais uma vez, que essas posições preconceituosas são mais claramente detectadas entre as falas daqueles sem-teto que não exerciam papel de liderança destacada.

Com efeito, a crescente territorialização das favelas e loteamentos irregulares pela criminalidade violenta competiu para minar as formas de organização política nesses espaços, como as associações de moradores, além, é claro, de reduzir consideravelmente a qualidade de vida da população favelada. A enfática demarcação feita pelos sem-teto, portanto, entre a violência e a tirania dos narcotraficantes e "milicianos" e a segurança e o estabelecimento das regras, de maneira horizontal, pelos moradores nas ocupações demonstra como este último espaço se tornou uma alternativa para uma vida mais tranquila. Já a diferenciação organizacional refletida no discurso dos líderes destacados e membros do grupo de "apoio" oferece indícios de que os territórios constituídos pelas ocupações configuram uma estratégia espacial de organização política alternativa às favelas e loteamentos, onde um trabalho de contestação profunda da heteronomia se tornou muito difícil. Realizando agora um trabalho organi-

zativo em áreas mais abertas aos ativistas do movimento dos sem-teto, ele pode, como manifesto no depoimento de uma das entrevistadas, buscar ser “o braço de uma comunidade no asfalto”, atraindo para esses territórios a população das favelas a fim de que ali ela possa se organizar. Até o presente momento, o que temos observado são os esforços de alguns ativistas “formados” no âmbito das ocupações de sem-teto para retomar o trabalho de base junto às favelas, como é o caso dos membros do Grupo de Educação Popular (GEP), os quais fundaram, há três anos, um pré-vestibular comunitário na favela da Providência (Centro do Rio de Janeiro, e muito próxima à ocupação Chiquinha Gonzaga), além de realizarem ali diversas outras atividades político-culturais. Neste caso, a favela seria também um “braço de uma comunidade do asfalto”; ou, se preferirmos, ambos seriam braços organizados e entrelaçados de uma comunidade maior, que é a sociedade civil.

CONCLUSÕES

Expusemos, ao longo deste artigo, as ações de uma parcela de um ativismo urbano em meio a um contexto que, embora particular, é cada vez mais semelhante ao de diversas metrópoles na semiperiferia do capitalismo: a “hiperprecarização” econômica, a truculência policial e a tendência generalizada de criminalização e estigmatização dos pobres urbanos – entre eles os ativistas. Observamos algumas das suas conquistas, ou “ganhos de autonomia”, bem como os seus limites, impostos pela cidade heterônoma e pela sua “quinta coluna”, no que diz respeito a três aspectos: as implicações econômicas para os moradores das ocupações; a resistência e a vulnerabilidade diante do “estado de sítio permanente” da violência policial e criminal; a subversão e a reprodução de representações heterônomas a propósito dos espaços urbanos e dos cidadãos. Tentarei empreender aqui uma síntese dos resultados obtidos, encerrando com algumas reflexões sobre como é possível superar os limites e impasses.

Sobre as implicações econômicas, para além da evidência de que a conquista de moradia em uma área central da metrópole competiu para reduzir os custos com a mobilidade urbana e aumentar o acesso às ofertas de trabalho formal ou informal, além de incidir sobre uma maior qualificação profissional (pelo acesso a melhores escolas e equipamentos culturais públicos), também constatamos que há maiores chances de aumento da renda, justamente pelas razões que acabamos de expor. No entanto, a implicação econômica mais re-

levante para a transformação da cidade heterônoma que parece derivar de sua ação é a subversão das relações capitalistas na esfera do trabalho e do consumo, e é justamente aqui que observamos os maiores limites. Nota-se a consolidação de um ciclo vicioso: a falta de recursos financeiros dificulta enormemente a manutenção regular de experimentos econômicos alternativos, e a carestia de tempo livre tende a sabotar o esforço necessário para buscar esses recursos. Acreditamos que tal ciclo vicioso é consequência, fundamentalmente, da “hiperprecarização”, mas também da falta de uma política pública sistemática e generalizada de financiamento da economia solidária.

O “estado de sítio permanente” imposto às ocupações pela violência da polícia e dos criminosos tem efeitos distintos de acordo com um ou com outro. Diante do braço repressor do aparelho de Estado, o movimento dos sem-teto depara-se com uma barreira ao aumento do número de ocupações graças às expulsões que se vêm executando mesmo antes de ordens judiciais – o que caracteriza uma estratégia oficial de criminalização do movimento. Frear o surgimento de novas ocupações é estrategicamente problemático porque a tomada de posse de imóveis ociosos permite, a um só tempo, o acirramento da luta institucional contra o déficit habitacional e a especulação imobiliária, e a continuidade da ação direta e de experimentação de práticas sociais contrárias às práticas hegemônicas do capitalismo. Por sua vez, o assédio da criminalidade violenta não apenas ameaça a integridade do corpo político das ocupações mediante a expulsão de líderes destacados e/ou a cooptação de alguns moradores, como, mesmo sem adentrar as ocupações, desafia a autoridade deste corpo político, o que ocorre, por exemplo, quando a resolução de conflitos é buscada através do veredito dos criminosos que controlam as imediações das ocupações.

Ambos, o ciclo vicioso das experiências econômicas alternativas e o “estado de sítio”, que limitam os “ganhos de autonomia” das ocupações analisadas, colocam uma pergunta fundamental: como é possível superá-los? É evidente que a resposta pode ser trazida apenas pela práxis dos ativistas, mas refletir nunca é demais e não escondemos que um dos propósitos deste artigo é fomentar um debate que extrapole o domínio científico. Na opinião do autor – a qual não pode deixar de ser coerente com a sua filiação político-filosófica libertária –, parece indispensável explorar, de maneira ainda mais contundente, as vias *para abajo y a izquierda!* (para baixo e à esquerda), como dizem os índios zapatistas, no México. Isto é, para superar os óbices impostos pela cidade heterônoma,

cumprir reforçar os vínculos de solidariedade e cooperação junto à sociedade civil – uma tarefa nada fácil, tendo-se em conta a dificuldade de se mobilizar uma sociedade tão pouco politizada e simpática aos ativismos quanto a brasileira. E como fazê-lo, se os braços são poucos e as demandas tamanhas? Ora, mesmo correndo o risco de incorrer em certa ingenuidade (“falar é fácil, fazer é que são elas...”), algumas possíveis saídas para suprir a falta de financiamento das experiências econômicas alternativas passam pela intensificação dos laços com as organizações dos movimentos sociais já existentes e pela criação de expedientes de financiamento colaborativos usando, para isso, o grande conector que é a Internet.

O estreitamento dos laços com a sociedade civil é igualmente indispensável para ajudar a frear a truculência policial, de modo a tornar mais onerosas, simbolicamente, as intervenções violentas, em função de sua menor tolerância pela opinião pública. Mais uma vez, o recurso à Internet pode ser muito eficiente, desenvolvendo-se mecanismos de observação e denúncia de abusos policiais, tal como fizeram os ativistas em Los Angeles, com a criação do *Cop Watch LA*, através do qual os cidadãos da cidade californiana formam uma rede responsável por centralizar e difundir imagens e relatos de desrespeitos impetrados pela polícia. Com relação ao “sítio” exercido pela criminalidade violenta, parece que a mobilização permanente dos moradores das ocupações e a intensificação de um trabalho de formação política, capazes de fortalecer a autoridade das suas instâncias de decisão e a vigilância contra “infiltrações” de criminosos, constituam-se como o antídoto mais eficaz, porém não infalível. Aqui, a pressão exercida pelo conjunto da sociedade civil para o estabelecimento de uma política de segurança pública e de políticas sociais eficientes que reduzam decididamente as desigualdades sócio-espaciais e que incluam a participação das comunidades no delineamento das estratégias de segurança é fundamental, de modo a diminuir ou afastar o “sítio” que sofrem os espaços dos ativismos e demais espaços dos pobres urbanos.

Chegamos, finalmente, à problemática da tensão entre a transformação e a reprodução de representações sócio-espaciais heterônomas pelos moradores das ocupações estudadas. Vimos, de um lado, como há uma relação entre o maior tempo de residência nessas “trincheiras” do movimento dos sem-teto e o maior grau de envolvimento com os seus assuntos e, de outro lado, a dissipação de representações heterônomas. Não obstante tal relação, certos estigmas podem

ser reproduzidos mesmo entre líderes destacados do movimento, quando, por exemplo, consideram os residentes de posses politicamente não organizados como sendo “invasores” e de comportamento moralmente desviante. Para evitar isso, é importante que os trabalhos de discussão e formação política no âmbito das ocupações sejam perpetuamente realizados e atualizados, de maneira a se inserir a tematização das mais variadas bandeiras de luta e a solidariedade com os demais oprimidos. Afinal, o tipo de solidariedade que por muito tempo distinguiu a esquerda do chauvinismo precisa ser afirmado em outras escalas para além da internacional, levando-se em conta que as divisões entre os oprimidos, amiúde fomentadas pelos agentes da opressão, têm lugar até mesmo na escala de bairros e demais espacialidades intraurbanas. Um grande desafio que resta, porém, é o de integrar os demais moradores menos “envolvidos” nessas arenas de discussão e formação. A apatia e o desinteresse no exercício dos assuntos coletivos são, em todas as escalas, umas das armas mais insidiosas da “quinta coluna” da cidade heterônoma, sendo de suma importância, pois, pensar na sua superação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rafael C. Gonçalves de, GRANDI, Matheus da Silveira e MOREIRA, Marianna Fernandes (2009): *Oikos, ágora e ekklesia: Uma introdução às fronteiras, pontes e ‘áreas de sombra’ de um espaço ocupado por sem-teto (Ocupação Quilombo das Guerreiras Rio de Janeiro)*. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL - Planejamento e Gestão do Território: escalas, conflitos e incertezas. 2009. *Anais...* Florianópolis: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional, 2009.
- ALMEIDA, Rafael C. Gonçalves de. *A microfísica do poder instituinte e sua espacialidade: o processo de territorialização de uma ocupação de sem-teto no Rio de Janeiro*. 264f. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2008 [1966].
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- _____. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2006 [1972].
- CASTORIADIS, Cornelius. Valor, igualdade, justiça, política: de Marx a Aristóteles e de Aristóteles até nós. In: _____. *As encruzilhadas do labirinto*, v.1, 1997. p. 331-418.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968 [1936].

GRANDI, Matheus da Silveira. *Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação: Espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro*. 476f. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GRANDI, Matheus da Silveira; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine: Os campos políticos e as arenas dos movimentos sociais: Apropriação crítica de dois conceitos da Antropologia Política e sua verificação a partir das práticas espaciais cotidianas da Ocupação Chiquinha Gonzaga (Rio de Janeiro). In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*. Porto Alegre. Associação de Geógrafos Brasileiros, 2010, p. 01-11.

HALL, Stuart. *Representation: Cultural representations and signifying practices*. London: Thousand Oaks, California: Sage, in association with the Open University, 1997.

MAMARI, Fernando Gonzáles C. de. *Se morar é um direito, ocupar é um dever! As ocupações de sem-teto na metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

MOREIRA, Marianna Fernandes; GRANDI, Matheus S.; ALMEIDA, Rafael C. Gonçalves de. Um abraço amigo, um canto pra dormir e sonhar: Rabiscos introdutórios (sobre o papel dos espaços privados na espacialidade de processos coletivos do movimento dos sem-teto) feitos à luz da experiência da Ocupação Quilombo das Guerreiras Rio de Janeiro. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre. Associação de Geógrafos Brasileiros, 2010, p. 01-10.

MOREIRA, Marianna Fernandes. *Um Palacete Assobradado : Da reconstrução do lar (materialmente) à reconstrução da ideia de lar*. 2011. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*. Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003 [2000].

RAMOS, Tatiana Tramontani. Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro. *Revista Polis*, Santiago, v. 9, p. 293-313, 2010.

SINGER, Paul. Apresentação. In: MANDEL, Ernest. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultura, 1985. p. vii-xxxiii.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista*. 1988. 241f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Urban development on the basis of autonomy: a politico-philosophical and ethical framework for urban planning and management. *Ethics, Place and Environment*, p. 187-201, 2000.

_____. *Mudar a cidade*. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. *Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: Territórios e lugares do movimento dos sem-teto. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 6, p. 29-66, 2009.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. *O "léxico espacial" do movimento dos sem-teto: Um estudo do discurso e das representações sócio-espaciais da Ocupação Quilombo das Guerreiras*. 2009. 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Kooperativismus und soziale Kämpfe in der Stadt Überlegungen zur Obdachlosenbewegung im Zentrum Rio de Janeiros. In: Kollektiv Oranotango. (Org.). *Solidarische Räume & kooperative Perspektiven Praxis und Theorie in Lateinamerika und Europa*. Neu-Ulm: AG SPAK, 2010, v. 1. p. 90-97.

_____. *A burocratização do ponto de vista das organizações libertárias*. 2012. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=30556>. Acesso em: 20 out. 2010.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine; GRANDI, Matheus da Silveira. Espacialidade cotidiana e sociedade instituinte: uma reflexão sobre os espaços de compartilhamento da Ocupação Quilombo das Guerreiras - Rio de Janeiro. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL - Planejamento e Gestão do Território: escalas, conflitos e incertezas. 2009. *Anais...* Florianópolis: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional, 2009.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine; LONGO, Felipe S. de Castro. *Objecções à recente onda de ataques ideológicos às ações dos movimentos sociais: ocupação não é crime!* 2009. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=1754>. Acesso em: 19 mar. 2009.

Enviado para publicação em 13/03/2012

Aceito para publicação em 07/06/2012